

## **1 Informações gerais**

A Positivo Informática S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de três unidades no município de Curitiba - PR, uma unidade no município de Ilhéus - BA, duas controladas diretas, uma em Manaus - AM e outra em Ilhéus-BA, e uma controlada indireta em São Paulo - SP. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fuego S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A., no Uruguai. Em abril de 2012, a Companhia adquiriu a controlada direta Portal Mundo Positivo Ltda.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, *smartphones* e softwares educacionais.

As ações da Positivo Informática S.A. são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2014.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das

demonstrações contábeis.

**(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Positivo Informática S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

**(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais.

- (i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (*joint operations*) e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida. Os impactos dessa adoção nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 4.

CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

**2.2. Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

**(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos

não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

**(b) Empreendimento controlado em conjunto**

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da *joint venture* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

**2.3 Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos reportáveis da Companhia são varejo e governo.

**2.4 Conversão de moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do consolidado.

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**(c) Investidas com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

**(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento**

da data do balanço.

- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

## **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

## **2.6 Ativos financeiros**

### **2.6.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". Também compreendem operações de partes relacionadas, cujos prazos de vencimento são *on demand* e consequentemente não há necessidade de apurar o valor justo.

### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último

caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

#### **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios usados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo

com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.7 Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. As Notas 29 e 30 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não adotou a contabilidade de "hedge".

## **2.8 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

## **2.9 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

## **2.10 Imobilizado**

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

<u>Ativo imobilizado</u>	<u>Vidas úteis</u>
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitorias s/ imóvel locado	10 anos
Hardware	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações industriais	10 anos
Edificações	25 anos
Outros imobilizados	10 anos

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## **2.11 Ativos intangíveis**

### **(a) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

### **(b) Gastos com desenvolvimento - ativo intangível gerado internamente**

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- . A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- . A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- . A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;

- . Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- . A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- . A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

### **(c) Softwares**

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

### **2.12 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o



qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

### **2.13 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Também compreendem operações de partes relacionadas, cujo reconhecimento inicial é pelo valor justo.

### **2.14 Arrendamento**

#### **A Companhia como arrendatária**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

#### **A Companhia como arrendadora**

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

### **2.15 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o

método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **2.16 Subvenções governamentais**

Para subvenções governamentais, conforme mencionado na Nota 8, a Companhia goza de benefícios fiscais. A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao ICMS decorrentes da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento.
- As subvenções governamentais são computadas no resultado como receita na conta "Impostos sobre vendas".

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, os incentivos fiscais da Companhia são reconhecidos no resultado na rubrica de Impostos sobre vendas. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de Reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

## **2.17 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## **2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece

provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

## **2.20 Benefícios a empregados**

### **(a) Remuneração com base em ações**

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 29.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

### **(b) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

**(c) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**2.21 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

**2.23 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre investidas.

**(a) Venda de produtos**

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

**(b) Prestação de serviços**

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.

- . Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.

A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

**(c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

**2.24 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

**2.25 Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas, premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### **(a) Redução ao valor recuperável do ágio**

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 14.173 e pela avaliação da Administração não foi necessário registrar provisão para perda do valor recuperável nos anos de 2013 e 2012. Os detalhes do cálculo da perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na Nota 14.b.

##### **(b) Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

##### **(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia e suas controladas e o empreendimento controlado em conjunto estão sujeitos ao imposto sobre a renda em todos os países em que operam. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

#### **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**

##### **(a) Benefícios fiscais - ICMS**

Conforme descrito na Nota 8, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Governo Estadual, sem amparo em convênio do Confaz. Todavia, os princípios da segurança jurídica e da moralidade administrativa, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia - que emitiram parecer sobre o tema, impõem considerar que, na eventualidade de serem declarados inválidos pelos tribunais pátrios, os órgãos concedentes tem adotado, historicamente, a providência de convalidá-los, não havendo, portanto, passivo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

**(b) Impostos a recuperar - ICMS**

Conforme descrito na Nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

**(c) Medida provisória nº 627/13**

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há impactos que resultariam em ajustes nas demonstrações financeiras.

**4 Mudança de prática contábil**

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 11/CPC 19 (R2) - "Acordos em Conjunto" em 1º de janeiro de 2013, conceituando dois tipos de classificação para acordos:

*Joint ventures* - quando as partes controlam em conjunto os ativos líquidos de um acordo, estruturado através de uma entidade a parte e os respectivos resultados desses ativos são divididos entre as partes participantes. Nesses acordos, a participação da entidade deve ser contabilizada pelo método de equivalência patrimonial e apresentado na rubrica "Investimentos".

*Joint operations* - quando as partes controlam em conjunto ativos e passivos, independentemente de estes ativos estarem em uma entidade à parte (*separate vehicle*), de acordo com os dispositivos contratuais e essência da operação. Nesses acordos, os ativos, passivos, receitas e despesas são contabilizados na entidade que participa do acordo *joint operator* na proporção de seus direitos e obrigações.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o investimento da Companhia na Informatica Fuego S.A., categorizado como *joint venture*, passou a não ser mais consolidado e está apresentado, portanto, na rubrica de investimentos e contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Essa alteração encontra-se refletida retrospectivamente nessas Demonstrações Financeiras.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2013 e a demonstração do resultado do exercício de 2012, bem como demonstração dos fluxos de caixa, do valor adicionado e demonstração do resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31 de dezembro de 2012			
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	116.020	(5.972)	110.048
Contas a receber	589.502	(27.262)	562.240
Estoques	624.588	(44.950)	579.638
Partes relacionadas	7.216	1.890	9.106
Impostos a recuperar	68.767	(2.255)	66.512
Adiantamentos diversos	29.401	-	29.401
Outros créditos	28.664	(1.627)	27.037
	<u>1.464.158</u>	<u>(80.176)</u>	<u>1.383.982</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos a recuperar	78.288	-	78.288
Tributos diferidos	71.173	-	71.173
Outros créditos	13.947	(755)	13.192
	<u>163.408</u>	<u>(755)</u>	<u>162.653</u>
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	-	39.964	39.964
Imobilizado	85.467	(10.303)	75.164
Intangível	102.399	-	102.399
	<u>187.866</u>	<u>29.661</u>	<u>217.527</u>
<b>TOTAL ATIVO</b>	<u><b>1.815.432</b></u>	<u><b>(51.270)</b></u>	<u><b>1.764.162</b></u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31 de dezembro de 2012			
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	416.577	(34.275)	382.302
Empréstimos - terceiros	399.511	(2.090)	397.421
Instrumentos financeiros derivativos	7.465	-	7.465
Salários e encargos a pagar	39.615	(1.282)	38.333
Provisões	123.071	(5.129)	117.942
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	4.992	-	4.992
Tributos a recolher	16.313	(1.597)	14.716
Dividendos a pagar	7.548	-	7.548
Receita diferida	30.273	-	30.273
Partes relacionadas	3.698	(2.700)	998
Outras contas a pagar	8.433	(4.197)	4.236
	<u>1.057.496</u>	<u>(51.270)</u>	<u>1.006.226</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<u>117.904</u>	<u>-</u>	<u>117.904</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>640.032</u>	<u>-</u>	<u>640.032</u>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><b>1.815.432</b></u>	<u><b>(51.270)</b></u>	<u><b>1.764.162</b></u>



Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
1º de janeiro de 2012			
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>ATIVO</b>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	156.707	(4.103)	152.604
Instrumentos financeiros derivativos	16.887	-	16.887
Contas a receber	562.159	(23.104)	539.055
Estoques	411.736	(32.148)	379.588
Partes relacionadas	16.607	13.054	29.661
Impostos a recuperar	61.511	(1.635)	59.876
Adiantamentos diversos	16.024	-	16.024
Outros créditos	31.689	(995)	30.694
	1.273.320	(48.931)	1.224.389
NÃO CIRCULANTE	120.911	-	120.911
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	-	27.150	27.150
Imobilizado	73.422	(6.192)	67.230
Intangível	89.250	-	89.250
	162.672	20.958	183.630
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>1.556.903</b>	<b>(27.973)</b>	<b>1.528.930</b>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
1º de janeiro de 2012			
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	281.717	(21.180)	260.537
Empréstimos - terceiros	288.293	-	288.293
Salários e encargos a pagar	33.754	(563)	33.191
Provisões	124.629	(3.962)	120.667
Tributos a recolher	17.095	(304)	16.791
Receita diferida	30.623	-	30.623
Partes relacionadas	1.196	-	1.196
Outras contas a pagar	5.771	(1.964)	3.807
	783.078	(27.973)	755.105
NÃO CIRCULANTE	154.653	-	154.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	619.172	-	619.172
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.556.903</b>	<b>(27.973)</b>	<b>1.528.930</b>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31 de dezembro de 2012		
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>RESULTADO</b>			
<b>RECEITA</b>	<b>2.195.474</b>	<b>(92.973)</b>	<b>2.102.501</b>
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(1.655.703)	70.032	(1.585.671)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>539.771</b>	<b>(22.941)</b>	<b>516.830</b>
Despesas com vendas	(376.270)	4.567	(371.703)
Despesas gerais e administrativas	(102.281)	1.895	(100.386)
Outras receitas operacionais líquidas	1.057	2	1.059
Resultado da equivalência patrimonial	-	14.526	14.526
	(477.494)	20.990	(456.504)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>62.277</b>	<b>(1.951)</b>	<b>60.326</b>
Receitas financeiras	40.341	(3.658)	36.683
Despesas financeiras	(58.179)	4.982	(53.197)
Variação cambial líquida	(14.544)	-	(14.544)
	(32.382)	1.324	(31.058)
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>29.895</b>	<b>(627)</b>	<b>29.268</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	295	627	922
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>30.190</b>	<b>-</b>	<b>30.190</b>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31 de dezembro de 2012		
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b>			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	30.190	-	30.190
Reconciliação do lucro líquido com o caixa obtido (aplicado) nas operações:			
Depreciação e amortização	36.518	(863)	35.655
Equivalência patrimonial	-	(14.526)	(14.526)
Ganho (perda) no valor justo dos instrumentos financeiros	6.832	-	6.832
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	14.817	-	14.817
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.194	312	3.506
Provisão (reversão) para estoques, líquida	(14.918)	(663)	(15.581)
Encargos sobre empréstimos	27.287	-	27.287
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(922)	-	(922)
	<b>102.998</b>	<b>(15.740)</b>	<b>87.258</b>
(Aumento) diminuição de ativos:			
Contas a receber	(30.537)	3.846	(26.691)
Estoques	(194.732)	13.465	(181.267)
Impostos a recuperar	(46.133)	620	(45.513)
Adiantamentos diversos	(13.377)	-	(13.377)
Outros créditos	10.231	13.751	23.982
Aumento (diminuição) de passivos:			
Fornecedores	134.860	(13.095)	121.765
Contas a pagar e provisões	(16.462)	(1.167)	(17.629)
Obrigações tributárias	(782)	(1.293)	(2.075)
Outras contas a pagar	13.972	(5.652)	8.320
	<b>(142.960)</b>	<b>10.475</b>	<b>(132.485)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(39.962)</b>	<b>(5.265)</b>	<b>(45.227)</b>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado	(28.276)	5.486	(22.790)
Aumento do intangível	(37.150)	-	(37.150)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(65.426)</b>	<b>5.486</b>	<b>(59.940)</b>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos	870.577	(2.090)	868.487
Captação de empréstimos junto ao BNDES	2.205	-	2.205
Amortização de empréstimos	(796.395)	-	(796.395)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(11.686)	-	(11.686)
<b>Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>64.701</b>	<b>(2.090)</b>	<b>62.611</b>
<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>(40.687)</b>	<b>(1.869)</b>	<b>(42.556)</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	156.707	(4.103)	152.604
Caixa e equivalentes no final do exercício	116.020	(5.972)	110.048
<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>(40.687)</b>	<b>(1.869)</b>	<b>(42.556)</b>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31 de dezembro de 2012		
	Saldo original desconsiderando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)	Efeito das alterações	Saldo considerando alterações do IFRS 11 (CPC 19R2)
<b>Receitas</b>			
Vendas de produtos e serviços	2.428.165	(98.631)	2.329.534
Devoluções e descontos comerciais	(57.458)	2.564	(54.894)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.194)	(312)	(3.506)
Outras receitas	10.046	(6.766)	3.280
	<b>2.377.559</b>	<b>(103.145)</b>	<b>2.274.414</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.643.079)	67.984	(1.575.095)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(82.243)	7.175	(75.068)
Comissões	(40.580)	410	(40.170)
Marketing	(104.067)	1.329	(102.738)
	<b>(1.869.969)</b>	<b>76.898</b>	<b>(1.793.071)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>507.590</b>	<b>(26.247)</b>	<b>481.343</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(36.518)</b>	<b>863</b>	<b>(35.655)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>471.072</b>	<b>(25.384)</b>	<b>445.688</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	-	14.526	14.526
Receitas financeiras	40.341	(3.658)	36.683
	<b>40.341</b>	<b>10.868</b>	<b>51.209</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>511.413</b>	<b>(14.516)</b>	<b>496.897</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta	151.614	(6.440)	145.174
Benefícios	17.268	-	17.268
FGTS	12.363	-	12.363
	<b>181.245</b>	<b>(6.440)</b>	<b>174.805</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais	208.128	(3.094)	205.034
Estaduais	5.709	-	5.709
Municipais	723	-	723
	<b>214.560</b>	<b>(3.094)</b>	<b>211.466</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros	58.179	(4.982)	53.197
Aluguéis	12.695	-	12.695
Variação cambial	14.544	-	14.544
	<b>85.418</b>	<b>(4.982)</b>	<b>80.436</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	7.548	-	7.548
Lucros (prejuízos) retidos	22.642	-	22.642
	<b>30.190</b>	<b>-</b>	<b>30.190</b>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>511.413</b>	<b>(14.516)</b>	<b>496.897</b>

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
Bancos	12.767	26.815	20.381	30.150
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	144.593	79.897	144.593	79.898
	<b>157.360</b>	<b>106.712</b>	<b>164.974</b>	<b>110.048</b>

Nos exercícios de 2013 e de 2012, as aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O rendimento médio está divulgado na Nota 29 (c).

## 6 Contas a receber

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	382.713	419.985	418.852	485.408
Vencidos até 30 dias	43.700	32.246	43.262	34.851
Vencidos de 31 a 60 dias	14.532	13.828	14.916	14.435
Vencidos de 61 a 90 dias	5.905	2.973	6.280	3.111
Vencidos de 91 a 180 dias	5.697	11.304	5.720	11.295
Vencidos de 181 a 360 dias	10.050	7.283	10.665	7.344
Vencidos há mais de 361 dias	21.085	20.093	21.354	20.489
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.798)	(11.848)	(17.107)	(11.868)
(-) Ajuste a valor presente	(3.348)	(2.171)	(4.070)	(2.825)
	<b>463.536</b>	<b>493.693</b>	<b>499.872</b>	<b>562.240</b>

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos saldos apresentados acima.

Os saldos vencidos referem-se substancialmente à venda de mercadorias a órgãos públicos, cujo recebimento depende de processo interno de aprovação de pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos e por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício de 2013 é de R\$ 44.719 (R\$ 34.338 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui R\$ 5.510 referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, registrados no contas a receber de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 5.096, dos quais R\$ 4.726 registrado no curto prazo e R\$ 370 no longo prazo.

O período médio de crédito na venda de produtos é de 60 dias, exceto determinadas vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 77% do montante a receber em 2013, cerca de 68% em 2012), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. No exercício de 2013, o saldo consolidado esta provisão totalizou R\$ 17.107 (em 2012, R\$ 11.868).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência.

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
Até 30 dias	43.700	32.246	43.262	34.851
31 a 60 dias	14.476	13.828	14.860	14.435
61 a 90 dias	5.894	2.973	6.269	3.111
91 a 180 dias	5.468	11.304	5.489	11.295
181 a 360 dias	6.271	5.978	6.758	6.039
acima de 361 dias	8.362	9.550	8.452	9.926
	<b>84.171</b>	<b>75.879</b>	<b>85.090</b>	<b>79.657</b>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	11.848	6.603	11.868	6.607
Constituição sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida	4.950	5.245	5.239	5.261
	<b>16.798</b>	<b>11.848</b>	<b>17.107</b>	<b>11.868</b>

## 7 Estoques

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
Materiais	364.166	352.775	390.399	369.764
Produtos acabados	159.194	136.836	175.773	146.430
Importações em andamento	50.408	72.207	52.784	79.863
Adiantamentos a fornecedores	86.983	37.648	95.960	43.414
Provisão para perdas com estoques	(52.845)	(59.508)	(54.206)	(59.833)
	<b>607.906</b>	<b>539.958</b>	<b>660.710</b>	<b>579.638</b>

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica. A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses. A redução dos estoques pela utilização está demonstrado na Nota 24.

## 8 Impostos a recuperar

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	110.916	82.178	110.935	82.406
COFINS	33.283	18.294	33.558	18.556
Imposto de renda	23.082	25.073	23.288	25.146
IPI	13.475	12.095	13.625	12.147
PIS	5.674	2.608	5.734	2.665
Contribuição social	6.072	1.884	6.072	1.884
Outros impostos a recuperar	2.109	2.055	2.109	1.996
	<b>194.611</b>	<b>144.187</b>	<b>195.321</b>	<b>144.800</b>
Parcela no circulante	112.245	65.900	112.955	66.512
Parcela no não circulante	82.366	78.287	82.366	78.288

### ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- Lei Estadual nº. 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
- Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011).
- Decreto Estadual nº 1922/2011 entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2011, revogando o Artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.375/2002 e concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos

comercializados pela Companhia.

Com resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício de 2013 a Companhia registrou o montante de R\$ 262.043 (R\$ 200.836 em 2012), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 23.097 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 28.533 em 2012). Este valor será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgado na Nota 14.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

## IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014.
- Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.
- Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

## 9 Outros créditos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
Despesas antecipadas (a)	19.240	26.417	19.981	26.417
Depósitos judiciais	13.856	10.954	13.909	11.001
Juros a apropriar	786	-	793	-
Outros	4.137	2.695	4.188	2.811
	<b>38.019</b>	<b>40.066</b>	<b>38.871</b>	<b>40.229</b>
Parcela circulante	23.492	26.965	24.253	27.037
Parcela não circulante	14.527	13.101	14.618	13.192

- (a) Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda e publicidade, no valor de R\$ 8.019 (R\$ 10.490 em 31 de dezembro de 2012), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização deverá ocorrer até 2014 e contabilizou o ajuste a valor presente sobre o saldo.

## 10 Partes relacionadas

### Transações comerciais

	Controladora (BR GAAP)							
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	457	1 (a)	-	79	1.355	939 (f)	338	460
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	29	101 (a)	-	-	5	980	-	2.634 (j)
Editora Positivo Ltda.	2.534	2.482 (a)	-	- (d)	10.928	9.701 (c)	2.316	301 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	131	96 (a)	-	-	82	127 (b)	253	498 (b)
Positivo Educacional Ltda.	173	20 (a)	-	-	425	29	2.508	-
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	966	919 (e)	-	-	11.405	10.623 (e)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	16.513	16.190 (k)	-	-	-	-	-	-
Informática Figueira S.A.	7.647	- (l)	-	-	-	-	-	-
Crounal S.A.	5.527	-	-	-	-	-	-	-
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	10.051	4.284 (g)	15.212	18.078 (i)	43.565	35.441 (h)	6.139	11.070 (i)
	<b>43.062</b>	<b>23.174</b>	<b>16.178</b>	<b>19.076</b>	<b>56.360</b>	<b>47.217</b>	<b>22.959</b>	<b>25.586</b>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	457	1 (a)	-	79	1.355	939 (f)	338	460
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	29	101 (a)	-	-	5	980	-	2.634 (j)
Editora Positivo Ltda.	2.534	2.482 (a)	-	- (d)	10.928	9.701 (c)	2.316	301 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	131	96 (a)	-	-	82	127 (b)	253	498 (b)
Positivo Educacional Ltda.	173	20 (a)	-	-	425	29	2.508	-
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	965	919 (e)	-	-	11.405	10.623 (e)
Informática Figueira S.A.	30.588	6.406 (h)	-	-	69.117	- (h)	-	7.943 (i)
	<b>33.912</b>	<b>9.106</b>	<b>965</b>	<b>998</b>	<b>81.912</b>	<b>11.776</b>	<b>16.820</b>	<b>22.459</b>

As transações entre partes relacionadas acontecem em condições de preços e prazos condizentes com os praticados no mercado.

#### (a) Vendas de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia, que realiza vendas para todas as partes relacionadas.

#### (b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.

Referem-se às compras de produtos e serviços gráficos e venda de computadores e equipamentos de informática produzidos pela Companhia

#### (c) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.

Os direitos autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos aos sítios na internet denominados "Portal Positivo" e "Portal Aprende Brasil", aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

A Companhia disponibiliza o acesso ao "Portal Positivo" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao "Portal Aprende Brasil" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

Conforme contratos independentes, a Companhia recebe remuneração específica pelo acesso ao "Portal Positivo" no montante de R\$ 4.638 por ano, dividida em doze parcelas mensais, e pelo acesso ao "Portal Aprende Brasil" de R\$ 2.861 por ano, dividida em quatro parcelas trimestrais.

#### (d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais, os quais são aplicados nos produtos gráficos produzidos

pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

**(e) Aluguel - Rosch Administradora de Bens Ltda.**

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 966. O valor é reajustado anualmente, por índice previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de benfeitorias pela locadora.

**(f) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo**

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

**(g) Conta corrente - Positivo Informática da Amazônia Ltda.**

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Amazônia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação.

**(h) Venda**

A Controladora realiza vendas de insumos para produção para suas controladas.

**(i) Compra**

A Controladora efetua compra de produtos acabados da controlada para posterior revenda a clientes.

**(j) Rateio de despesas**

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

**(k) Conta corrente - Positivo Informática da Bahia Ltda.**

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Bahia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação.

**(l) Dividendos a receber – Informática Fuego S.A.**

Em 09 de agosto de 2013 a investida propôs dividendos no montante total de R\$ 12.318. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia recebeu R\$ 4.671, restando um saldo a receber de R\$ 7.647.



**(m) Remuneração da administração**

O montante reconhecido no exercício de 2013, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 7.030 (em 2012 - R\$ 8.285), referente a benefícios de curto prazo. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013 aprovou para o exercício de 2013, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 11.500 (2012 - R\$ 11.500).

**11 Investimentos**

		Controladora (BR GAAP)		
		Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	
		2011		2012
<b>Investimentos</b>				
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a)	44.498	8.186	-
		<b>44.498</b>	<b>8.186</b>	<b>-</b>
<b>Provisão para passivo a descoberto</b>				
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b)	(3.617)	(649)	-
Crounal S.A.	(c)	(445)	(732)	(71)
		<b>(4.062)</b>	<b>(1.381)</b>	<b>(71)</b>
		Controladora (BR GAAP)		
		Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	
		2012		2013
<b>Investimentos</b>				
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a)	52.683	10.105	-
Portal Mundo Positivo Ltda.		1	297	
		<b>52.684</b>	<b>10.402</b>	<b>-</b>
<b>Provisão para passivo a descoberto</b>				
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b)	(4.266)	(315)	-
Crounal S.A.	(c)	(1.248)	(423)	(231)
		<b>(5.514)</b>	<b>(738)</b>	<b>(231)</b>

**Participação em controladas**

	Participação %	
	2013	2012
<b>Controladas Diretas</b>		
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	100,00	100,00
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	90,00	90,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
<b>Controladas Indiretas</b>		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	10,00	10,00
<b>Empreendimento controlado em conjunto</b>		
Informática Figueira S.A.	50,00	50,00

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
<b>31 de dezembro de 2013</b>					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	125.616	62.827	62.789	220.890	10.105
Positivo Informática da Bahia Ltda.	18.078	22.659	(4.580)	-	(315)
Portal Mundo Positivo Ltda.	379	49	330	365	329
Crounal S.A.	29.177	31.079	(1.902)	69.117	(423)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	406	6.381	(5.975)	-	(16)
<b>31 de dezembro de 2012</b>					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	126.245	73.561	52.684	214.012	8.186
Positivo Informática da Bahia Ltda.	18.078	22.344	(4.266)	-	(649)
Portal Mundo Positivo Ltda.	1	-	1	-	-
Crounal S.A.	26.315	27.562	(1.247)	46.808	(732)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	421	6.379	(5.958)	-	(334)

**(a) Positivo Informática da Amazônia Ltda.**

A Companhia constituiu em 06 de dezembro de 2007 a controlada direta, Positivo Informática da Amazônia Ltda., cuja operação foi iniciada em outubro de 2008, com objeto social igual ao da controladora. Todo processo decisório é centralizado e os serviços financeiros, administrativos, contábeis e de controle são realizados pela Controladora. O capital social da Positivo Informática da Amazônia Ltda. é de R\$ 8.100.

**(b) Positivo Informática da Bahia Ltda.**

Em 08 de abril de 2008, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. O capital social da Positivo Informática da Bahia Ltda. é de R\$ 10.

**(c) Crounal S.A.**

Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo – Uruguai e o capital social é de R\$ 1. O objeto social desta controlada é o mesmo da controladora.

**(d) Portal Mundo Positivo Ltda.**

Em 09 de abril de 2012, a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda., cujo capital social é de R\$ 1. Não houve pagamento de ágio na aquisição.

**12 Investimento em empreendimento em conjunto ("Joint Venture")**

Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma *Joint Venture* com a empresa argentina BGH *Sociedad Anónima* ("BGH"), a qual terá por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (*desktops, notebooks, all-in-ones, e-books e tablets*) na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da *Joint Venture*, a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Fuegoína S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. O valor pago na aquisição foi de R\$ 21 sem pagamento de ágio.

Controladora (BR GAAP)				
	2011	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	2012
<b>Empreendimento controlado em conjunto</b>				
Informática Fuegoína S.A.	27.150	14.525	(1.711)	39.964
	<b>27.150</b>	<b>14.525</b>	<b>(1.711)</b>	<b>39.964</b>

Controladora (BR GAAP)					
		Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	
	2012				2013
<u>Empreendimento controlado em conjunto</u>					
Informática Fuegoína S.A.	39.964	20.776	(5.765)	(12.318)	42.657
	<b>39.964</b>	<b>20.776</b>	<b>(5.765)</b>	<b>(12.318)</b>	<b>42.657</b>

Conforme descrito na Nota 4, a partir de 1º de janeiro de 2013, o investimento da Companhia na Informática Fuegoína S.A., categorizado como *joint venture*, passou a não ser mais consolidado e está apresentado, portanto, na rubrica de investimentos e contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado no empreendimento controlado em conjunto é conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro
<b>31 de dezembro de 2013</b>					
Informática Fuegoína S.A.	120.232	77.575	42.657	231.147	20.775
<b>31 de dezembro de 2012</b>					
Informática Fuegoína S.A.	94.437	54.473	39.964	100.915	14.526

## 13 Imobilizado

Controladora (BR GAAP)					
	2011	Adições	2012	Adições	2013
<b>Custo</b>					
Máquinas e equipamentos	43.216	9.540	52.756	595	53.351
Benfeitorias s/ imóvel locado	15.420	1.939	17.359	739	18.098
Hardware	23.795	8.551	32.346	2.314	34.660
Móveis e utensílios	5.807	443	6.250	242	6.492
Instalações industriais	4.319	1.839	6.158	299	6.457
Edificações	2.000	-	2.000	-	2.000
Outros imobilizados	360	407	767	763	1.530
	<b>94.917</b>	<b>22.719</b>	<b>117.636</b>	<b>4.952</b>	<b>122.588</b>
<b>Depreciação</b>					
Máquinas e equipamentos	(10.709)	(5.072)	(15.781)	(7.223)	(23.004)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(2.914)	(1.749)	(4.663)	(2.137)	(6.800)
Hardware	(11.697)	(6.138)	(17.835)	(7.209)	(25.044)
Móveis e utensílios	(2.243)	(854)	(3.097)	(664)	(3.761)
Instalações industriais	(1.249)	(683)	(1.932)	(1.192)	(3.124)
Edificações	(307)	(80)	(387)	(80)	(467)
Outros imobilizados	(1)	(4)	(5)	(7)	(12)
	<b>(29.120)</b>	<b>(14.580)</b>	<b>(43.700)</b>	<b>(18.512)</b>	<b>(62.212)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>65.797</b>	<b>8.139</b>	<b>73.936</b>	<b>(13.560)</b>	<b>60.376</b>

<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>					
	<b>2011</b>	<b>Adições</b>	<b>2012</b>	<b>Adições</b>	<b>2013</b>
<b>Custo</b>					
Máquinas e equipamentos	43.915	9.544	53.459	609	54.068
Benfeitorias s/ imóvel locado	15.994	1.972	17.966	751	18.717
Hardware	24.207	8.582	32.789	2.336	35.125
Móveis e utensílios	5.933	452	6.385	311	6.696
Instalações industriais	4.544	1.840	6.384	450	6.834
Edificações	2.000	-	2.000	-	2.000
Outros imobilizados	360	406	766	770	1.536
	<u>96.953</u>	<u>22.796</u>	<u>119.749</u>	<u>5.227</u>	<u>124.976</u>
<b>Depreciação</b>					
Máquinas e equipamentos	(10.919)	(5.147)	(16.066)	(7.295)	(23.361)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(2.988)	(1.817)	(4.805)	(2.199)	(7.004)
Hardware	(11.924)	(6.229)	(18.153)	(7.289)	(25.442)
Móveis e utensílios	(2.273)	(873)	(3.146)	(698)	(3.844)
Instalações industriais	(1.318)	(706)	(2.024)	(1.229)	(3.253)
Edificações	(300)	(87)	(387)	(80)	(467)
Outros imobilizados	(1)	(3)	(4)	(8)	(12)
	<u>(29.723)</u>	<u>(14.862)</u>	<u>(44.585)</u>	<u>(18.798)</u>	<u>(63.383)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>67.230</b></u>	<u><b>7.934</b></u>	<u><b>75.164</b></u>	<u><b>(13.571)</b></u>	<u><b>61.593</b></u>

Nos exercícios de 2013 e de 2012 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

## 14 Intangível

<b>Controladora (BR GAAP)</b>					
	<b>2011</b>	<b>Adições</b>	<b>2012</b>	<b>Adições</b>	<b>2013</b>
<b>Custo</b>					
Projetos de desenvolvimento	76.945	28.795	105.740	18.275	124.015
Projetos sistema - ERP	41.453	3.446	44.899	864	45.763
Software	11.260	1.142	12.402	2.212	14.614
Licenças de uso	6.026	-	6.026	-	6.026
	<u>135.684</u>	<u>33.383</u>	<u>169.067</u>	<u>21.351</u>	<u>190.418</u>
<b>Amortização</b>					
Projetos de desenvolvimento	(38.298)	(10.530)	(48.828)	(22.249)	(71.077)
Projetos sistema - ERP	(17.645)	(8.837)	(26.482)	(8.790)	(35.272)
Software	(5.310)	(3.156)	(8.466)	(3.004)	(11.470)
Licenças de uso	(3.834)	(1.042)	(4.876)	(1.041)	(5.917)
	<u>(65.087)</u>	<u>(23.565)</u>	<u>(88.652)</u>	<u>(35.084)</u>	<u>(123.736)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>70.597</b></u>	<u><b>9.818</b></u>	<u><b>80.415</b></u>	<u><b>(13.733)</b></u>	<u><b>66.682</b></u>

  

<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>					
	<b>2011</b>	<b>Adições</b>	<b>2012</b>	<b>Adições</b>	<b>2013</b>
<b>Custo</b>					
Projetos de desenvolvimento	78.374	28.316	106.690	18.720	125.410
Projetos sistema - ERP	41.453	3.088	44.541	864	45.405
Software	11.302	1.142	12.444	2.212	14.656
Licenças de uso	6.026	-	6.026	-	6.026
Outros	4.442	4.604	9.046	1.943	10.989
Ágio em controlada	14.173	-	14.173	-	14.173
	<u>155.770</u>	<u>37.150</u>	<u>192.920</u>	<u>23.739</u>	<u>216.659</u>
<b>Amortização</b>					
Projetos de desenvolvimento	(38.298)	(10.888)	(49.186)	(22.786)	(71.972)
Projetos sistema - ERP	(17.645)	(8.479)	(26.124)	(8.790)	(34.914)
Software	(5.345)	(3.163)	(8.508)	(3.006)	(11.514)
Licenças de uso	(3.834)	(1.042)	(4.876)	(1.042)	(5.918)
Outros	(1.398)	(429)	(1.827)	(1.255)	(3.082)
	<u>(66.520)</u>	<u>(24.001)</u>	<u>(90.521)</u>	<u>(36.879)</u>	<u>(127.400)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>89.250</b></u>	<u><b>13.149</b></u>	<u><b>102.399</b></u>	<u><b>(13.140)</b></u>	<u><b>89.259</b></u>

**(a) Gastos com desenvolvimento de projetos**

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as vendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2014, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2014.

A obrigação de investimentos relativa ao exercício de 2013 é de R\$ 58.164. De janeiro a dezembro de 2013 foram investidos R\$ 45.998 e a totalidade da obrigação, se necessário, pode ser cumprida até o primeiro trimestre de 2014. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos. A amortização do investimento foi fixada, substancialmente, em 3 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos.

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

**(b) Ágio**

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 8,66% ao ano.

**15 Fornecedores**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores - mercado externo	286.153	254.225	318.599	300.823
Fornecedores - mercado interno	43.589	41.847	45.584	44.694
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	34.114	36.225	35.158	38.896
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(1.637)	(1.849)	(1.850)	(2.111)
	<b>362.219</b>	<b>330.448</b>	<b>397.491</b>	<b>382.302</b>

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de *softwares* da *Microsoft Corporation*. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 60 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o

prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência.

## 16 Empréstimos

					Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
					2013	2012	2013	2012
					2013	2012	2013	2012
Ao custo amortizado								
Passivo Circulante								
Capital de Giro	1,67% + VC	102,55%	08/01/2014	Nota promissória	22.985	-	22.985	-
Capital de Giro	1,50% + VC	105,90%	De 12/02/14 a 28/02/14	Nota promissória	35.022	-	35.022	-
Capital de Giro	1,50% + VC	102,68%	De 10/03/14 a 12/03/14	Nota promissória	25.276	-	25.276	-
Capital de Giro	1,61% + VC	103,00%	De 15/04/14 a 29/04/14	Nota promissória	40.989	-	40.989	-
Capital de Giro	1,67% + VC	107,00%	De 06/05/14 a 30/05/14	Nota promissória	72.550	-	72.550	-
Capital de Giro	1,61% + VC	108,50%	03/06/2014	Nota promissória	15.860	-	15.860	-
Capital de Giro	2,71% + VC	107,80%	04/09/2014	Nota promissória	33.240	-	33.240	-
Capital de Giro	2,60% + VC	112,70%	De 20/10/14 a 29/10/14	Nota promissória	48.053	-	48.053	-
Capital de Giro	2,62% + VC	113,60%	06/11/2014	Nota promissória	6.862	-	6.862	-
Capital de Giro	2,66% + VC	112,00%	De 03/12/14 a 13/12/14	Nota promissória	33.405	-	33.405	-
Capital de Giro	2,44%	N/A	17/01/2014	Nota promissória	-	-	8.964	-
Capital de Giro	2,77%	N/A	14/04/2014	Nota promissória	-	-	3.519	-
Capital de Giro	De 0,98% a 1,43% + VC	100,29%	De 04/01/13 a 29/01/13	Nota promissória	-	130.545	-	134.817
Capital de Giro	De 0,98% a 1,35% + VC	100,85%	De 01/02/13 a 26/02/13	Nota promissória	-	209.979	-	213.874
Capital de Giro	De 2,05% a 21,75%	N/A	De 21/01/13 a 14/05/2013	Nota promissória	-	-	-	9.210
Arrendamento mercantil financeiro	(a) CDI+3,80%	N/A	36 meses	-	1.592	2.537	1.592	2.537
BNDES - FINAME	2,50%	N/A	15/01/2014	-	683	-	683	-
BNDES	(b) 4,82%	N/A	Até 15/04/2019	Carta fiança	37.778	36.983	37.778	36.983
					374.295	380.044	386.778	397.421
Passivo não circulante								
Capital de Giro	1,12%+CDI	N/A	18/06/2017	-	4.728	-	4.728	-
BNDES	(b) 5,43%	N/A	15/02/2016	Carta fiança	162.726	79.627	162.726	79.627
					167.454	79.627	167.454	79.627
Total de empréstimos e financiamentos					541.749	459.671	554.232	477.048

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possui linhas de financiamentos na forma de conta garantida não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação no valor de R\$ 8.000. A Companhia não utilizou estas linhas de créditos.

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros.

Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos da Companhia se aproximam com seus valores justos, exceto linhas captadas junto ao BNDES que apresentam condições diferenciadas com relação a prazos e custos.

### (a) Arrendamento mercantil financeiro

Proveniente de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos e serviços conexos para utilização no projeto ERP. Os equipamentos foram registrados no ativo imobilizado da Companhia ao seu valor justo e estão sendo depreciados pelo seu uso. O contrato prevê a opção ao final do contrato de compra dos equipamentos por valor simbólico.

### (b) BNDES

No exercício de 2010, a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até R\$ 147.000, os quais foram captados integralmente e direcionados para atividades inovadoras. O valor contábil em 31 de dezembro de 2013 para esta linha de financiamento é de R\$ 79.792 e seu valor justo é de R\$ 75.712.

Durante o exercício de 2013, a Companhia aprovou a contratação de nova linha de empréstimo junto ao BNDES, no montante de até R\$ 173.093 com prazo de amortização total de 6 anos. Os recursos serão destinados majoritariamente ao plano de inovação da Companhia, com foco em atividades de pesquisa e desenvolvimento, novos produtos, convergência digital e *smartphones*. Adicionalmente, uma parte dos recursos apoiará a modernização da infraestrutura industrial e de TI da Companhia. Os recursos serão captados em tranches, de acordo com a evolução dos projetos e respectivas comprovações junto ao BNDES e possuem carência durante os primeiros 24 meses. Durante o exercício findo em 31 de

dezembro de 2013, a Companhia captou o montante de R\$ 119.850, cujo valor contábil é de R\$ 120.712 e seu valor justo monta R\$ 115.665.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

Controladora (BR GAAP)	
Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Ano	R\$ (mil)
2015	55.363
2016	39.165
2017	31.482
2018	31.481
2019	9.963
<b>Total</b>	<b>167.454</b>

## 17 Provisões de curto e longo prazo

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		2013	2012	2013	2012
<b>Passivo Circulante</b>					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	52.523	55.090	63.435	64.660
Provisão para comissões	(c)	17.503	16.088	18.752	17.490
Provisão para fretes		5.768	3.575	6.222	3.860
Provisão para rebate	(d)	4.442	5.608	4.632	5.608
Provisão para VPC	(b)	907	2.902	10.003	14.527
Outras provisões		7.995	10.512	12.482	11.797
		89.138	93.775	115.526	117.942
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	17.829	12.677	18.978	13.827
		<b>106.967</b>	<b>106.452</b>	<b>134.504</b>	<b>131.769</b>

### (a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

### (b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

### (c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

### (d) Provisão para *rebate*

Os valores provisionados como *rebate* são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

## 18 Tributos a recolher

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
COFINS	11.659	2.353	12.090	2.780
INSS	3.700	3.571	3.710	3.606
IRRF	3.418	2.912	3.450	2.946
IPI	2.194	1.361	2.194	1.365
ICMS	1.112	1.393	1.112	1.423
Outros impostos e contribuições	1.005	2.201	1.390	2.596
	<b>23.088</b>	<b>13.791</b>	<b>23.946</b>	<b>14.716</b>

## 19 Receita diferida

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgada na Nota 14.a.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

### (a) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 apresentando a seguinte composição:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
<b>Ativo</b>				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	24.424	26.478	26.729	28.446
Estoques obsoletos	24.040	33.371	25.465	34.180
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	14.591	8.181	14.591	8.181
Ajuste a valor presente	8.298	2.478	8.471	2.604
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.371	4.695	6.476	4.702
Provisão para comissões	5.951	5.470	6.376	5.947
Provisões obrigações trabalhistas	2.516	4.115	2.659	4.184
Rebate	1.510	1.907	1.575	1.907
Provisão para VPC	308	912	3.381	4.869
Outras diferenças temporárias	-	21.328	5	22.160
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	27.6324	179.257	284.140	181.619
Diferido não contabilizado	(288.221)	(211.687)	(297.549)	(216.083)
	76.112	76.505	82.319	82.716
<b>Passivo</b>				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Projetos de desenvolvimento de produtos	(15.765)	-	(16.893)	-
Diferido não contabilizado	5.554	(10.604)	5.747	(11.543)
	(10.211)	(10.604)	(11.146)	(11.543)
	<b>65.901</b>	<b>65.901</b>	<b>71.173</b>	<b>71.173</b>

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais, decisão da Administração de distribuir dividendos, em níveis dos montantes distribuídos historicamente, utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, e também na premissa de redução do efeito da subvenção para investimento nos resultados da Companhia, por expectativas de mudanças na legislação, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução



futura da Companhia e do mercado que a mesma operação, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de realização	Consolidado (IFRS e BR GAAP)							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Imposto de renda	4.045	5.605	6.430	6.999	7.554	8.087	8.606	8.639
Contribuição social	1.456	2.018	2.315	2.520	2.719	2.911	3.098	3.110
<b>Total</b>	<b>5.501</b>	<b>7.623</b>	<b>8.745</b>	<b>9.519</b>	<b>10.273</b>	<b>10.998</b>	<b>11.704</b>	<b>11.749</b>

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Desenvolvimento de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

## (b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
				Reapresentado Nota 4
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	15.590	30.190	15.644	29.268
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(5.301)	(10.265)	(5.319)	(9.951)
Exclusão subvenção para investimento	91.945	69.792	99.767	92.128
Exclusão equivalência patrimonial	10.248	2.314	10.248	-
Outras exclusões / (adições) permanentes	-	384	-	5.076
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(96.892)	(62.225)	(104.750)	(86.331)
<b>Receita (Despesa) contabilizada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(54)</b>	<b>922</b>

## 21 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Cível	Tributária	Trabalhista	Cível	Tributária	Trabalhista
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>8.493</b>	<b>7.354</b>	<b>1.233</b>	<b>8.792</b>	<b>7.354</b>	<b>1.233</b>
Provisões reconhecidas	4.261	1.239	9.317	4.261	1.239	9.317
Reduções por pagamentos	(5.974)	(1.213)	(647)	(5.974)	(1.213)	(647)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>6.780</b>	<b>7.380</b>	<b>9.903</b>	<b>7.079</b>	<b>7.380</b>	<b>9.903</b>
Provisões reconhecidas	8.665	6.761	9.256	8.666	6.761	9.256
Reduções por pagamentos	(2.492)	(2.474)	(864)	(2.492)	(2.474)	(864)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>12.953</b>	<b>11.667</b>	<b>18.295</b>	<b>13.253</b>	<b>11.667</b>	<b>18.295</b>

O montante registrado no passivo circulante é de R\$ 10.313 (2012 - R\$ 4.992) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 32.602 (2012 - R\$ 19.071).

### Cível

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, cível relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia.

### Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal.

### Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego.

### Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora (BR GAAP)	
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012
Tributárias		
ICMS ( a )	56.830	49.799
Outros ( b )	178.862	153.249
Trabalhista		
Empregados ( c )	221	420
Cíveis		
Órgão Público ( d )	32.308	28.206
Consumidor ( e )	1.490	3.654
	<b>269.711</b>	<b>235.328</b>

## **Tributárias**

### **(a) ICMS:**

A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. Em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudência em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

### **(b) Tributárias - Outros:**

- (i) CIDE - Auto de infração exigindo Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE sobre remessas de valores ao exterior a título de royalties sobre softwares, realizadas no ano de 2005.
- (ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia nos últimos cinco anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

### **(c) Trabalhistas**

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas.

### **(d) Cíveis**

- (i) Órgãos públicos:

Tribunal de Contas da União - TCU: Processo de Tomada de Contas no qual o TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio econômico financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos - ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Ministério Público de Araras-SP: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Araras-SP, relativo à aquisição de Lousas Educacionais Interativas, através de Pregão Presencial.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Processo de Tomada de Contas no qual o TCE-SP analisa a regularidade ou não de contrato firmado em 03/2008 com o FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em virtude de adesão (carona) à Ata da PRODAM - Cia de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Procedimento administrativo que julgou irregular a inexigibilidade de licitação para realização do 2º contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista/SP, com o escopo de adquirir mesas educacionais e demais softwares produzidos pela Companhia.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à

licitação para aquisição de servidores e microcomputadores entre Positivo Informática S.A. e PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo pela Ata de Registro de Preços nº 001/2009 .

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à adesão do Município de São Bernardo do Campo ao PROUCA para a aquisição de laptops educacionais da Positivo Informática S.A. para o atendimento das redes públicas de ensino nos Estados, DF e municípios.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à contratação de computadores pela Fundação Casa – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - mediante adesão à ata da PRODAM.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à contratação de equipamentos portáteis denominados laptops educacionais pela Prefeitura Municipal de Cubatão/SP - mediante adesão ao Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) do Ministério da Educação.

- (ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97.

## **22 Patrimônio líquido**

### **(a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$ 389.000. O total de ações é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações (unidades)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	37.892	37.892
Ações em tesouraria	1.695.508	1.695.508
Ações em circulação	23.973.506	23.973.506
	<b>87.800.000</b>	<b>87.800.000</b>

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

<b>Controladores diretos</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)</b>
Hélio Bruck Rotenberg	12.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618
Isabela Cesar Formighieri Mocelin	4.139.540
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	4.139.540
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	4.139.539
Lucas Raduy Guimarães	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.139.539
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539
Oriovisto Guimarães	1
	<b>62.093.094</b>

**(b) Incentivos fiscais**

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de Reservas de lucros.

**(c) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados**

Em 31 de dezembro de 2010, diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração detinham 145.638 opções de compra de ações ordinárias da Companhia; 130.644 dessas opções expiraram em 31 de dezembro de 2011 e 14.994 expiraram em 31 de dezembro de 2012. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não há opções em aberto destinados a diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração.

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 32 destas demonstrações financeiras.

**(d) Reserva de lucros**

**(i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais**

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais constituída apenas pode ser utilizada para aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

**(ii) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**(e) Dividendos**

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

**(f) Apropriação do lucro/prejuízo**

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

**(g) Ações em tesouraria**

A reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de novembro de 2013 aprovou o plano de recompra de ações da própria Companhia, limitado a 875.183 ações para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento e/ou alienação, sem redução de capital. O objetivo das operações autorizadas foi o de maximizar a geração de valor para os acionistas.

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 1.695.508 ações em tesouraria, adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 20,90. Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R\$ 2,87 em 31 de dezembro de 2013, o efeito no patrimônio seria de uma perda de R\$ 30.570 (perda de R\$ 26.891 em 31 de dezembro de 2012).

**23 Receita**

A seguir, a análise da receita da Companhia nos exercícios de 2013 e de 2012.

	<b>Controladora (BR GAAP)</b>		<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita bruta da venda de produtos	2.486.987	2.032.850	2.757.627	2.265.101
Receita bruta de serviços prestados	64.932	64.433	65.311	64.433
	<b>2.551.919</b>	<b>2.097.283</b>	<b>2.822.938</b>	<b>2.329.534</b>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada nas demonstrações de resultados dos exercícios de 2013 e de 2012:

	<b>Controladora (BR GAAP)</b>		<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita Bruta	2.551.919	2.097.283	2.822.938	2.329.534
Menos:				
Impostos sobre vendas	(436.630)	(363.142)	(475.408)	(399.716)
Subvenção para investimento	262.043	200.836	289.232	226.779
Devoluções e abatimentos	(59.884)	(53.896)	(70.229)	(54.096)
Receita líquida	<b>2.317.448</b>	<b>1.881.081</b>	<b>2.566.533</b>	<b>2.102.501</b>

**24 Despesas por natureza**

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na

demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.723.204	1.321.856	1.913.539	1.494.023
Despesas com pessoal	175.109	155.236	182.916	135.942
Despesas gerais	83.546	73.516	89.002	86.597
Despesa com serviços com terceiros	44.799	44.418	48.310	46.434
Despesa com verba de propaganda cooperada	35.408	36.287	43.292	44.951
Despesa com comissões	33.573	37.113	36.900	40.172
Depreciação e amortização	47.846	34.571	49.928	35.655
Outras despesas operacionais líquidas	141.023	142.470	156.943	173.986
	<b>2.284.508</b>	<b>1.845.467</b>	<b>2.520.830</b>	<b>2.057.760</b>
Custo dos produtos vendidos	1.817.580	1.404.475	2.017.408	1.585.671
Despesas com vendas	364.075	345.937	393.288	371.703
Despesas gerais e administrativas	102.853	95.055	110.134	100.386
	<b>2.284.508</b>	<b>1.845.467</b>	<b>2.520.830</b>	<b>2.057.760</b>

A depreciação dos bens do imobilizado e a amortização dos intangíveis foram segregados da seguinte forma:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
Custo dos produtos vendidos	12.767	9.955	13.310	10.576
Despesas com vendas	19.586	8.851	20.714	8.851
Despesas gerais e administrativas	15.493	15.765	15.904	16.228
	<b>47.846</b>	<b>34.571</b>	<b>49.928</b>	<b>35.655</b>

## 25 Informações por segmento de negócios

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

### Receita e resultados dos segmentos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	2013			2012		
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	1.528.073	695.751	2.223.824	1.502.807	361.368	1.864.175
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.156.903)	(567.918)	(1.724.821)	(1.151.140)	(281.295)	(1.432.435)
Lucro bruto	371.170	127.833	499.003	351.667	80.073	431.740
Despesas operacionais	(318.649)	(105.272)	(423.921)	(311.205)	(61.874)	(373.079)
Resultado antes do resultado financeiro	52.521	22.561	75.082	40.462	18.199	58.661
Resultado financeiro líquido	(46.154)	(13.393)	(59.547)	(23.041)	(9.377)	(32.418)
Lucro antes dos efeitos tributários	6.367	9.168	15.535	17.421	8.822	26.243
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(23)	(9)	(32)	513	68	581
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>6.344</b>	<b>9.159</b>	<b>15.503</b>	<b>17.934</b>	<b>8.890</b>	<b>26.824</b>

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos divulgáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>		
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	2.223.824	1.864.175
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	342.709	238.326
	<b>2.566.533</b>	<b>2.102.501</b>

A receita dos segmentos apresentada anteriormente corresponde à receita gerada pelos clientes externos. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia. O lucro do segmento corresponde ao lucro auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

**(a) Receita dos principais produtos e serviços**

Abertura da receita líquida por produto

	<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Produtos</b>		
Notebooks	1.295.707	1.164.579
Desktops	802.591	668.991
Tablets	206.908	56.765
Outros	261.327	212.166
	<b>2.566.533</b>	<b>2.102.501</b>

**(b) Ativos e passivos por segmento**

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de computadores para atender aos segmentos de vendas.

**(c) Informações geográficas**

No exercício de 2013 a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 69.844 de vendas no mercado externo (R\$ 48.699 no exercício de 2012). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

**(d) Informações sobre principais clientes**

Dois clientes da Companhia foram responsáveis individualmente por mais de 10% da receita líquida total no exercício de 2013.



## 26 Resultado financeiro

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2013	2012	2013	2012
<b>Receitas financeiras</b>				
Ajuste a valor presente - clientes	22.022	27.503	23.756	29.611
Rendimento aplicação financeira	6.954	6.144	6.954	6.144
Outras receitas financeiras	7.480	817	7.648	928
	36.456	34.464	38.358	36.683
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos	(28.878)	(16.829)	(29.634)	(17.761)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(23.302)	(24.692)	(25.802)	(27.287)
Desconto - pagamento antecipado	(4.015)	-	(4.015)	-
Imposto sobre operações financeiras	(1.409)	(966)	(1.410)	(972)
Multas contratuais	(222)	(2.289)	(222)	(2.289)
Outras despesas financeiras	(6.322)	(4.788)	(6.544)	(4.888)
	(64.148)	(49.564)	(67.627)	(53.197)
Total das receitas e despesas financeiras	(27.692)	(15.100)	(29.269)	(16.514)
<b>Variação cambial</b>				
Ganho na cobertura cambial	28.933	4.652	28.933	4.652
Perda na cobertura cambial	(22.301)	(8.193)	(22.301)	(8.193)
Ganho na variação cambial	45.485	28.122	49.122	31.186
Perda na variação cambial	(79.135)	(37.275)	(85.705)	(42.189)
	(27.018)	(12.694)	(29.951)	(14.544)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(54.710)</b>	<b>(27.794)</b>	<b>(59.220)</b>	<b>(31.058)</b>

## 27 Seguros - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Incêndio, explosão, colisão veículos e riscos diversos	277.970	01/04/2013 a 01/04/2014
Riscos Nomeados e Operacionais	Roubo e furto de bens e estoques	215.620	01/04/2013 a 01/04/2014
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	15.000	30/10/2013 a 30/10/2014
Lucros Cessantes	Vendas de computadores e prestação de serviços	2.000.000	01/10/2013 a 01/10/2014

## 28 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<b>Controladora (BR GAAP)</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b><u>Básico</u></b>		
Numerador básico		
Lucro líquido (prejuízo) alocado para ações ordinárias	15.590	30.190
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.104	86.104
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação - Básico</b>	<b>0,1811</b>	<b>0,3506</b>
<b><u>Diluído</u></b>		
Numerador diluído		
Lucro líquido (prejuízo) alocado para ações ordinárias	15.590	30.190
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.104	86.104
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação - Básico</b>	<b>0,1811</b>	<b>0,3506</b>

## 29 Gestão de risco financeiro

### 29.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração.

#### (a) *Risco de mercado*

##### (i) **Risco cambial**

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 15) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 16).

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de Opções de compra de dólar e/ou também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de *Swap* com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nos preços futuros. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

- A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao

material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.

- O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.
- Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

		31 de dezembro de 2013			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
<b>Passivo</b>					
Fornecedores mercado externo					
	Dólares americanos	(136.714)	(320.267)	(151.010)	(353.757)
Empréstimos					
	Dólares americanos	(109.466)	(334.242)	(109.466)	(346.725)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
	Swap - Dólares americanos	109.466	334.242	109.466	346.725
	NDF's - Dólares americanos	140.159	328.336	140.159	328.336
	Opções de compra - Dólares americanos	24.106	56.471	24.106	56.471
<b>Exposição Líquida 1</b>		<b>27.551</b>	<b>64.540</b>	<b>13.255</b>	<b>31.050</b>
Projetos de governo					
	Dólares americanos	(85.878)	(201.178)	(85.878)	(201.178)
<b>Exposição Líquida 2</b>		<b>(58.327)</b>	<b>(136.638)</b>	<b>(72.623)</b>	<b>(170.128)</b>

  

		31 de dezembro de 2012			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
<b>Passivo</b>					
Fornecedores mercado externo					
	Dólares americanos	(142.134)	(290.450)	(166.244)	(339.719)
Empréstimos					
	Dólares americanos	(166.638)	(340.524)	(175.141)	(357.901)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
	Swap - Dólares americanos	166.638	340.524	175.141	357.901
	NDF's - Dólares americanos	28.800	58.853	28.800	58.853
<b>Exposição Líquida 1</b>		<b>(113.334)</b>	<b>(231.597)</b>	<b>(137.444)</b>	<b>(280.866)</b>
Projetos de governo					
	Dólares americanos	(202.872)	(414.569)	(202.872)	(414.569)
<b>Exposição Líquida 2</b>		<b>(316.206)</b>	<b>(646.166)</b>	<b>(340.316)</b>	<b>(695.435)</b>

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

Comparativamente, a exposição cambial líquida da Companhia referente à taxa de câmbio da moeda americana é menor em 2013 do que em 2012. Esse fato se deve ao menor volume de empréstimos mantidos em dólares e uma maior contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção para os passivos com fornecedores do exterior. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

## (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 16. Os

empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de risco com *rating* elevado. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

**(c) Risco de liquidez**

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Nota 16 inclui linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros

Controladora (BR GAAP)					
Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>31 de dezembro de 2013</b>					
Fornecedores	76.222	213.152	74.478	4	363.856
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	26.608	102.810	241.275	156.668	537.349
Instrumentos financeiros derivativos	1.139	3.184	1.112	-	5.435
Partes relacionadas	-	16.178	-	-	16.178
	<u>103.969</u>	<u>335.324</u>	<u>316.865</u>	<u>156.672</u>	<u>922.818</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>					
Fornecedores	99.826	134.316	98.155	-	332.297
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	136.699	225.474	27.759	84.300	474.232
Instrumentos financeiros derivativos	2.697	4.768	-	-	7.465
Partes relacionadas	-	19.076	-	-	19.076
	<u>239.222</u>	<u>383.634</u>	<u>125.914</u>	<u>84.300</u>	<u>833.070</u>
<b>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</b>					
Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>31 de dezembro de 2013</b>					
Fornecedores	90.772	227.325	81.240	4	399.341
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	35.510	106.324	246.897	156.668	555.387
Instrumentos financeiros derivativos	1.235	3.094	1.106	-	5.435
Partes relacionadas	-	965	-	-	965
	<u>127.517</u>	<u>337.708</u>	<u>329.243</u>	<u>156.672</u>	<u>961.128</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>					
Fornecedores	130.901	146.474	107.038	-	384.413
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	136.699	238.579	27.759	84.300	487.337
Instrumentos financeiros derivativos	2.697	4.768	-	-	7.465
Partes relacionadas	-	998	-	-	998
	<u>270.297</u>	<u>390.819</u>	<u>134.797</u>	<u>84.300</u>	<u>880.213</u>

Ativos financeiros

Controladora (BR GAAP)				
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>31 de dezembro de 2013</b>				
Caixa e bancos	12.767	-	-	12.767
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,95	144.593	-	144.593
Contas a receber de clientes	97,24	158.161	272.564	466.884
Partes relacionadas	-	-	43.062	43.062
		<u>315.521</u>	<u>272.564</u>	<u>667.306</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
Caixa e bancos	26.815	-	-	26.815
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	98,98	79.897	-	79.897
Contas a receber de clientes	107,04	252.099	240.882	495.864
Partes relacionadas	-	-	23.174	23.174
		<u>358.811</u>	<u>240.882</u>	<u>625.750</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>31 de dezembro de 2013</b>				
Caixa e bancos	20.381	-	-	20.381
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,95	144.593	-	144.593
Contas a receber de clientes	97,24	173.768	293.581	503.942
Partes relacionadas	-	-	33.912	33.912
	<u>338.742</u>	<u>293.581</u>	<u>70.505</u>	<u>702.828</u>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
Caixa e bancos	30.150	-	-	30.150
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	98,98	79.898	-	79.898
Contas a receber de clientes	107,04	291.153	270.823	565.065
Partes relacionadas	-	-	9.106	9.106
	<u>401.201</u>	<u>270.823</u>	<u>12.195</u>	<u>684.219</u>

#### (d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano do BACEN – Banco Central do Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Consolidado (IFRS e BR GAAP)										
Saldos patrimoniais										
31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012							
Passivo	Passivo	Nocional	Nocional	Risco	Fechamento	Provável	25%	50%	-25%	Cenários -50%
Instrumentos financeiros derivativos				Variação do CDI						
Swap de taxa de juros - mantidos para negociação US\$ para R\$ (CDI)										
(5.435)	(7.465)	109.466	175.141							
Empréstimos				Variação do US\$						
Em US\$										
(346.725)	(357.901)	(109.466)	(175.141)							
<b>Exposição líquida</b>	<b>(352.160)</b>	<b>(365.366)</b>	<b>-</b>		<b>-</b>	<b>(5.435)</b>	<b>(6.794)</b>	<b>(8.153)</b>	<b>(4.076)</b>	<b>(2.718)</b>
Instrumentos financeiros derivativos				Variação do US\$						
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação					2.343	2.350	2,938	3,525	1,763	1,175
R\$ para US\$ - NDF's e Opções										
4.544	-	164.265	28.800		1.216	96.506	193.011	(96.506)	(193.011)	
Outros passivos financeiros				Variação do US\$						
Fornecedores moeda estrangeira										
US\$ para R\$					(1.117)	(88.718)	(177.437)	88.718	177.437	
<b>Exposição líquida 1</b>	<b>(349.213)</b>	<b>(339.719)</b>	<b>13.255</b>		<b>(137.444)</b>	<b>98</b>	<b>7.787</b>	<b>15.374</b>	<b>(7.788)</b>	<b>(15.374)</b>
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo				Variação do US\$						
US\$ para R\$					-	-	(85.878)	(202.872)		
					(635)	(50.453)	(100.907)	50.453	100.907	
<b>Exposição líquida 2</b>	<b>(349.213)</b>	<b>(339.719)</b>	<b>(72.623)</b>		<b>(340.316)</b>	<b>(537)</b>	<b>(42.666)</b>	<b>(85.333)</b>	<b>42.665</b>	<b>85.333</b>
<b>Impacto no resultado (Efeito apropriado ao resultado nos contratos de NDF's e Opções)</b>					<b>6.632</b>	<b>(5.972)</b>	<b>(49.460)</b>	<b>(93.486)</b>	<b>38.589</b>	<b>82.615</b>

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

## 29.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "*swaps*" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e *swaps* de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

## 30 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis
<b>31 de dezembro de 2013</b>				
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	4.544	-	4.544	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	501.555	-	538.743
Partes relacionadas	-	43.062	-	33.912
Caixa e equivalentes de caixa	-	157.360	-	164.974
	<b>4.544</b>	<b>701.977</b>	<b>4.544</b>	<b>737.629</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	533.759	-	562.240
Partes relacionadas	-	23.174	-	9.106
Caixa e equivalentes de caixa	-	106.712	-	110.048
	<b>-</b>	<b>663.645</b>	<b>-</b>	<b>681.394</b>
	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
<b>31 de dezembro de 2013</b>				
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	5.435	-	5.435	-
Empréstimos	-	541.749	-	554.232
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	375.689	-	411.342
Partes relacionadas	-	16.178	-	965
	<b>5.435</b>	<b>933.616</b>	<b>5.435</b>	<b>966.539</b>
<b>31 de dezembro de 2012</b>				
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	7.465	-	7.465	-
Empréstimos	-	459.671	-	477.048
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	339.646	-	391.618
Partes relacionadas	-	19.076	-	998
	<b>7.465</b>	<b>818.393</b>	<b>7.465</b>	<b>869.664</b>

## 31 Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Nocional (USD)		2013		2012
	2013	2012	Ativo Circulante	Passivo circulante	Passivo circulante
Termo de moeda (NDF)	140.159	28.800	4.544	-	-
Opções de dólar	24.106	-	-	-	-
Swap de taxas de juros	109.466	166.594	-	5.435	7.465
	<b>273.731</b>	<b>195.394</b>	<b>4.544</b>	<b>5.435</b>	<b>7.465</b>

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

### (a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2013, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Data da Contratação	Data de vencimento	ContraParte	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
De 19/09/13 a 24/10/13	De 03/01/14 a 13/06/14	PINE	37.730	2,3671
De 15/07/13 a 17/12/13	De 03/01/14 a 26/08/14	BTG	34.821	2,3383
De 15/07/13 a 17/12/13	De 07/01/14 a 12/08/14	BRADESCO	24.070	2,3303
De 10/10/13 a 17/12/13	De 03/01/14 a 25/03/14	SAFRA	17.335	2,3584
De 11/07/13 a 17/12/13	De 03/01/14 a 04/04/14	SANTANDER	15.225	2,3420
De 11/07/13 a 17/12/13	De 03/01/14 a 19/08/14	VOTORANTIM	10.978	2,3169
			<b>140.159</b>	<b>2,3192</b>

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia reconheceu R\$ 12.413 de ganho no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto no período (31 de dezembro de 2012 – perda de R\$ 3.444).

### (b) Swap de taxas de juros - CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2013 a taxa média contratada do CDI foi de 105,00% (em 31 de dezembro 2012, 100,66%). O valor nocional em aberto em 31 de dezembro de 2013 era de US\$ 109.466. A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Todos os contratos de "swaps" que trocarem variação cambial por taxa de juros foram contratados para reduzir a exposição do fluxo de caixa da Companhia resultante da variação cambial dos empréstimos. Os pagamentos dos contratos de "swaps" e dos juros dos empréstimos ocorrem simultaneamente e o valor é reconhecido no resultado do período.

### (c) Contratos de opções de compra de dólar

Também com o objetivo de proteger as transações em moeda estrangeira com fornecedores do exterior frente à volatilidade do dólar norte-americano, a Companhia contratou opções de compra de dólar. O valor nocional em aberto em 31 de dezembro de 2013 era de US\$ 24.106. Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, nos seguintes montantes e condições:



<b>Data da Contratação</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Contra Parte</b>	<b>Valor lastreado USD mil</b>	<b>Cotação alvo média</b>
De 15/07/13 a 05/12/13	De 03/01/14 a 22/04/14	VOTORANTIM	11.290	2,3526
De 11/07/13 a 23/07/13	De 03/01/14 a 22/04/14	SANTANDER	8.156	2,3438
De 11/07/13 a 05/12/13	De 03/01/14 a 22/04/14	BRADESCO	4.660	2,3666
			<u>24.106</u>	<u>2,3580</u>

A perda reconhecida no exercício de 2013 é de R\$ 5.779. Os cálculos a valor justo em 31 de dezembro de 2013 apuraram um valor irrelevante de perda, razão pelo qual o valor não foi contabilizado e não está demonstrado na tabela da Nota 31.

## 32 Plano de opção de compra de ações

Em 03 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 2% (dois por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programas”), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Em 16 de agosto de 2007, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o primeiro Programa (“Programa I”), posteriormente em 12 de agosto de 2008, o Conselho de Administração aprovou o segundo Programa (“Programa II”). Em ambos os Programas não existem opções em aberto, de forma que os Programas estão, conseqüentemente, encerrados.

Em consonância com a estratégia da Companhia, participaram atualmente dos referidos Programas os diretores estatutários, diretores não estatutários, gerentes e alguns colaboradores cuja retenção no longo prazo a Administração entende ser relevante para a Companhia. A Companhia concedeu a estes Beneficiários a opção de compra de uma quantidade pré-determinada de ações ordinárias de sua emissão. Esta opção é dividida em três lotes, cada qual equivalente à terça parte da totalidade das opções outorgadas. Ressalta-se que não foram outorgadas opções ao Diretor Presidente, que é membro do Conselho de Administração e um dos acionistas controladores.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Conforme descrito acima, atualmente a Companhia não possui Programas em aberto. Entretanto, o Conselho de Administração poderá aprovar novas outorgas de opções de compra de ações, de acordo com as condições gerais aprovadas pela assembleia geral de acionistas de 03 de novembro de 2006.

\*\*\*